

### *Considerações sobre a construção da temática de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil*

Felipe Canan<sup>1,2</sup>  
Fernando Augusto Starepravo<sup>2</sup>  
Pedro Fernando Avalone de Athayde<sup>3</sup>

Editores do Dossiê Políticas Públicas de Esporte e Lazer

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Maringá (UEM)

<sup>3</sup>Universidade de Brasília (UnB)

A relação entre Estado e esporte no Brasil deu-se mais consistentemente a partir do advento do Estado Novo, iniciado em 1937 quando o governo passou a centralizar a organização esportiva nacional e utilizar o esporte como forma de fortalecimento do ideário de nação (LINHALES, 1996). Este quadro pouco se alteraria até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) (BRASIL, 1988), que atribuiria ao Estado o dever de fomentar as práticas esportivas como “direito de cada um”.

Historicamente, a ação do Estado e dos governos frente ao esporte não se direcionava para uma preocupação social de desenvolvimento do esporte enquanto patrimônio cultural construído historicamente pela sociedade, bem como de utilização da prática esportiva como ferramenta acessória para garantia de direitos como educação, saúde e lazer. A partir da CF, esse cenário se modifica ao menos no plano ideal, e a proposta é de que, entre as funções do Estado e dos governos, o esporte passaria a ter um caráter mais social, em detrimento da conotação nacionalista (LINHALES, 1996).

Em certa medida, pelo conteúdo do texto constitucional, pode-se afirmar que o esporte se aproxima do sistema de proteção social. Como adverte Höfling (2001), políticas públicas relativas ao sistema de proteção social são consideradas “políticas sociais” e destinam-se à diminuição de desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Segundo Proni (2013), contudo, a organização do esporte e lazer no Brasil abrange instituições e agentes que se pautam em lógicas distintas e, muitas vezes divergentes, o que aumenta a complexidade da temática e pode prejudicar a articulação de ações. Dada tal heterogeneidade e conflitos, a lógica das políticas públicas de esporte e lazer (PPEL) nem sempre é clara e oscila de acordo com o poder dos grupos de interesse envolvidos.

A função dos estudos científicos nessa seara seria, segundo Mezzadri (2011), compreender esse jogo político e pautar as ações governamentais. Contudo, como constatou Starepravo (2011), no cenário nacional, historicamente não há uma cultura dos agentes políticos de se apropriarem das pesquisas na área de PPEL. Este quadro pode ser explicado pela ainda incipiente, embora progressiva, projeção

das PPEL como objeto científico, que teria se iniciado em âmbito nacional somente a partir da segunda metade da década de 1980, provavelmente como mais um reflexo da redemocratização do país e do advento da teórica crítica do esporte no Brasil (STAREPRAVO, 2011; MEZZADRI, 2011).

O crescimento dos estudos sobre PPEL é consequência do árduo trabalho desenvolvido por pesquisadores da área preocupados em ampliar e qualificar a produção de conhecimento acerca desse tema. Algumas ações no sentido de fortalecer a área científico/acadêmica de PPEL são: (i) a produção de Dossiês temáticos em revistas científicas; (ii) abertura de linhas de pesquisa dentro dos programas de pós-graduação em Educação Física; (iii) consolidação de grupos e projetos de pesquisa; (iv) construção de trabalhos de conclusão de curso nos mais diversos níveis de graduação e publicação de livros e artigos científicos em geral; (v) criação de fóruns de discussão tais como o Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE); entre outras, muitos das quais, inclusive, já apontados por Silva, Pires e Starepravo (2014), têm contribuído para o fortalecimento da área científico/acadêmica de PPEL.

A essas iniciativas no campo acadêmico-científico, soma-se a criação de um ministério exclusivo para o esporte (Ministério do Esporte) e, dentro deste, da Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES), ação governamental que estimulou o surgimento de novos grupos de pesquisa em todo o país, além de impulsionar a produção voltada à qualificação da gestão pública de políticas esportivas e de lazer.

Movido por propósito semelhante às ações acima o comitê científico do Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas do CBCE, desde a gestão 2013/2015, tem proposto a construção de dossiês específicos sobre o tema das políticas esportivas e de lazer, iniciativa viabilizada por meio da celebração de parcerias com importantes periódicos científicos da área.

Para a gestão 2015/2017, o CBCE manteve sua proposta e, dessa vez, teve a satisfação de contar com o apoio da Revista Caderno de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Uma parceria consolidada pelo compartilhamento do objetivo comum de qualificar, ampliar e socializar a produção de conhecimento no âmbito das PPEL. O sucesso desta iniciativa se comprova pela participação de pesquisadores de referência na temática, qualidade e quantidade de artigos submetidos e aprovados, que demandaram a divisão do Dossiê em dois volumes.

Neste primeiro volume, optou-se por artigos que se aproximaram de discussões mais teóricas e menos pesquisas aplicadas, ainda que estas possam também estar presentes. Foram selecionados trabalhos que buscaram tecer algum tipo de apresentação do quadro institucional ou acadêmico das PPEL em si ou de temas específicos inerentes a estas.

Canan, Santos e Starepravo apresentam o quadro institucional da relação entre Estado e esporte no Brasil, oferecendo uma descrição sobre a história, a participação dos poderes executivo, legislativo e judiciário e o financiamento de políticas de esporte. Em somatório, apresentam algumas considerações sobre a abrangência do conceito de esporte quando se trata de PPEL e argumentos iniciais sobre a defesa da expressão “políticas de esporte”, suprimindo o termo “públicas”, o que parece ser uma tendência em nível internacional.

Forell e Mayboroda e Almeida e Mezzadri adotam como linha de pesquisa a produção de conhecimento em PPEL. Os primeiros autores debruçam-se sobre a reflexão, análise e discussão a respeito das fronteiras sobre o que é reconhecido dentro da área de PPEL pela comunidade acadêmica da Educação Física. A partir da identificação de objetos nas pesquisas da área, os autores defendem a existência de três tipos de estudos: de avaliação de Políticas Públicas; “nas” Políticas Públicas; e “das” Políticas Públicas. Apontam ainda que, por ser uma área de encontro de diferentes posições acadêmi-

cas, afigura-se como um espaço de hibridização, existindo, inclusive, pesquisadores que encontram-se nas fronteiras entre os diferentes tipos de estudo.

Almeida e Mezzadri, partindo da constatação de que a área de PPEL apresenta lacunas em termos de investigação e apropriação teórica, propõem, adotando referências da Ciência Política, sobretudo internacionais, a possibilidade de utilização de três quadros conceituais que contribuiriam para suprir tais lacunas. Os autores sugerem e apresentam os quadros “múltiplos fluxos”, “coalizão de defesa” e “equilíbrio pontuado”, exemplificando sua aplicação na área das PPEL por meio da citação e/ou descrição de trabalhos que já o fizeram e contribuindo, em consequência, para instrumentalização de pesquisas futuras.

Parizotto, Silva, Herold Júnior e Starepravo, abordando um tema específico dentro das PPEL, oferecem uma discussão sobre o processo histórico da regulamentação das artes marciais orientais no Brasil, suas relações com a Educação Física e com as PPEL. Adotando o referencial teórico-metodológico do neoinstitucionalismo, os autores identificaram que o processo de institucionalização das artes marciais orientais ainda está em curso, relacionado, sobretudo, à sua desvinculação do conceito de esporte, às disputas de poder relativas à sua regulamentação enquanto prerrogativa do Profissional de Educação Física e ao reconhecimento, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, das “lutas” como matéria da Educação Física escolar.

Pereira e Pinheiro tecem algumas reflexões sobre o perfil do gestor público esportivo, defendendo a necessidade de formação superior em Educação Física e o domínio tanto de competências gerais desta área de conhecimento e intervenção social, quanto de competências específicas frente à elaboração, implementação e administração das PPEL.

Retamal, Canan e Starepravo dirigem o foco de estudo para um contexto internacional e apresentam panorama sobre a relação entre Estado e esporte no Chile. Além de descrever o quadro histórico de políticas públicas de esporte em um contexto diverso (porém com várias semelhanças) ao brasileiro, os autores discutem alguns conceitos de políticas públicas e analisam como a participação cidadã tem se aprimorado, corroborando o ideal de democratização que justifica a própria existência das políticas públicas.

A partir da apresentação de quadros institucionais de PPEL em dois contextos diferentes (Brasil e Chile), da discussão sobre a produção do conhecimento na área e sugestão de teorias aptas a balizar pesquisas mais concretas, e da análise de temas específicos que apontam, inclusive, para intersecções com a própria formação profissional em Educação Física, espera-se oferecer, neste primeiro volume do Dossiê, alguns subsídios para instigar o leitor a conhecer também o segundo volume, que oferecerá exemplos de pesquisas aplicadas visando estudar diferentes objetos dentro da pluralidade da área de PPEL.

Para além dos artigos correspondentes ao Dossiê de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, são apresentados também artigos relativos ao fluxo contínuo, ou seja, a temáticas gerais da Educação Física, corroborando a tradição do Caderno de Educação Física e Esporte e oportunizando aos autores interessados a submissão e publicação de seus trabalhos sem que precisem aguardar a finalização dos números temáticos programados pela Revista.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acessado em: 01 de maio de 2017.
- HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.
- LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. 221f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- MEZZADRI, F. M. Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos. In: MOTTA, A.; TERRA, R. (Org.). **Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011. p. 89-102.
- PRONI, M. W. Política de esporte. In: GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: FUNDAP, 2013. p. 229-34.
- SILVA, M. R.; PIRES, G. D. L.; STAREPRAVO, F. A. Editorial - Mudanças em marcha...já temos o quê comemorar! **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 7-11, 2014.
- STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 422f. Tese (Doutorado) - Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.